

**FORMAS E TENDÊNCIAS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: O
PRECARIADO PROFESSORAL E O PROFESSORADO ESTÁVEL-FORMAL NAS
REDES PÚBLICAS BRASILEIRAS [AMANDA MOREIRA DA SILVA].**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.47466>

André Almeida Santos¹

Título: Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras

Autora: Amanda Moreira da Silva

Cidade e editora: Curitiba: CRV; 1ª edição

Ano de publicação: 2020

Páginas: 198

O livro resenhado foi escrito pela Dr^a em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Amanda Moreira Silva. A autora tem uma longa carreira de militância na docência sendo professora da rede pública do Estado e do Município do Rio de Janeiro na Educação Básica. Atualmente é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também é autora de “Tempo e docência: dilemas, valores e usos na realidade educacional” (2017) e “Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial: a busca pela força de um projeto hegemônico” (2021).

A obra é organizada em cinco capítulos, mais introdução e conclusão, além do prefácio assinado por Gaudêncio Frigotto. No que compete à divisão do manuscrito, temos: 1) O trabalho enquanto categoria de análise; 2) Precarização do ser humano que trabalha: condições contemporâneas; 3) Expropriação em escala mundial: o precariado; 4) Formas e tendências de precarização que atingem os docentes brasileiros no século XXI; e 5) O professorado estável-formal.

O capítulo 1, *O trabalho enquanto categoria de análise*, tem como finalidade “discutir o trabalho humano na sua dimensão ontológica e a sua transformação em mercadoria”, ou seja, “força de trabalho sob o sistema do capital” (SILVA, 2020, p. 25). Para isso a autora retoma as categorias marxistas da alienação e reificação (coisificação), analisando seus desdobramentos históricos do trabalho alienado na sociedade capitalista em seus aspectos contemporâneos. Assim, Silva parte do aparente, imediato e fenomênico e avança para as contradições do trabalho abstrato dentro da sociedade capitalista ao tratar

da essência desse processo que causa, entre outros aspectos, o desenvolvimento de reprodução do capital, estranhamento, expropriação e precarização.

De acordo com Silva (2020) esse dinamismo é necessário, não para transpor de forma mecânica tais características para o objeto de estudo, mas, ao contrário, sua finalidade é “elencar a morfologia do mundo do trabalho docente no setor público brasileiro”. Soma-se a esse aspecto “à primazia da lógica da mercadoria no âmbito das definições de políticas públicas educacionais e às mudanças no mundo do trabalho” (SILVA, 2020, p. 26).

A autora retoma em sua obra o sentido ontológico do trabalho como a base da existência humana. Inicialmente destaca o caráter geral e essencial do trabalho como categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 2013). Retomando em Marx que toda história mundial encontra-se vinculada ao engendramento do homem mediante seu intercâmbio com a natureza (MARX, 2017), Silva começa tratando do trabalho enquanto valor de uso. Nesse sentido ele é, antes de tudo, um processo entre homem natureza, devir este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 2017, p. 255). Pelo trabalho o homem transforma a natureza que lhe é externa e, ao mesmo tempo, transforma a sua própria natureza (LESSA; TONET, 2008). Na sociedade capitalista a autora compreende que passamos por uma metamorfose em que temos a "reificação" e a "alienação". Assim, a categoria de totalidade é fulcral para compreender as contradições em que o labor é algo relevante para a humanização e torna-se o seu oposto na sociedade de classes.

Silva (2020), tendo como aporte os pressupostos marxistas, destaca que apenas o ser humano consegue projetar o resultado final antes mesmo de iniciar seu intercâmbio com a natureza. Esse processo é possível devido à capacidade da prévia-ideação que culmina na objetivação (LUKÁCS, 2013; LESSA, 2016). É necessário, para que esse devir ocorra, a inter-relação entre: “a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 41). Mesmo assim, a autora destaca que “o trabalho é a categoria fundante do ser social, mas o ser social não é redutível ao trabalho” (SILVA, 2020, p. 33). Esses aportes são essenciais para analisar o processo de precarização dos professores como tendência no século XXI.

A autora, então, adentra na seara da vida humana arruinada pelo trabalho alienado, tendo como lócus a sociedade burguesa, capitalista e suas implicações para o/a trabalhador/a, partindo da seguinte problematização: Por que o trabalho, de atividade ontologicamente constituinte do ser social, que é sua essência e que possibilita o tornar-se humano, transformou-se nessa realidade sufocante e opressora que conhecemos hoje? A construção da alienação encontra-se vinculada, entre outros fatores, à divisão social do trabalho (MARX, 2010; MÉSZÁROS, 2006). O trabalho por meio da exploração do homem pelo homem causa o que Mézáros (2006) classifica em sua análise de quatro aspectos principais da alienação. São eles: a) o homem está alienado da natureza; b) está alienada de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu ‘ser genérico’ (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienada do homem (dos outros homens) (MÉSZÁROS, p. 20).

O trabalho na sociedade capitalista, de acordo com Silva, dentro das contradições apontadas por Marx, Mészáros e Lukács, tende a ser a negação da humanização do/a próprio/a trabalhador/a. O modo de produção capitalista na metáfora marxista é um vampiro que extrai da classe trabalhadora sua força de trabalho (MARX, 2017). É dentro desse contexto que Silva questiona a tese do “fim do trabalho” tão disseminada por autores como Gorz (2005) e Castel (1998) e defende que muito ao contrário do que tentam reverberar esses autores a exploração do sistema avança por outros campos do trabalho e passa por metamorfoses que aumentam sua intensidade via relações “indiretas” de controle, como é o caso do trabalho doméstico e do trabalho docente via plataformização (ABÍLIO, 2020; ANTUNES, 2020).

A autora defende, com base na bibliografia supracitada que, a partir da década de 70, a crise estrutural do capital e a crise do trabalho abstrato provocaram uma mudança no conteúdo do próprio trabalho, envolvendo a intensificação, a ampliação da jornada, a redução de empregos e a precarização. A decadência do modelo fordista-taylorista tende para tentativa de ampliação da extração de mais-valia absoluta e relativa (SILVA, 2020, p. 47). Assim o paradigma toyotista se coloca ao/a trabalhador/a como colaborador tendo sua inteligência submetida às demandas do capitalista, causando um estranhamento e um trabalho alienado. Para o toyotismo é necessária uma gestão total com plena capacidade de criatividade e operacionalidade, “voltados para a realização de uma nova captura da subjetividade operada pela lógica do capital” (SILVA, 2020, p. 52), que ocasiona o que a autora classifica como “captura da subjetividade” (SILVA, 2020, p. 53).

Percebe-se que a autora se embasa em Gramsci e defende que a nova morfologia do sistema capitalista tende a criar novas formas de hegemonia, essas perpassam o campo político e ideológico (GRAMSCI, 2001). Para Silva, “novas formas de regulação social do trabalhador e da própria alteração do modo de vida da classe trabalhadora, no sentido de recriar adaptação “psicofísica do trabalhador” (SILVA, 2020, p. 57). Para Gramsci, deve-se mudar seus hábitos individuais, através da coerção e persuasão (GRAMSCI, 2001). Essa “adaptação psicofísica” ou “nexo psicofísico” tende a adaptar os costumes, desenvolver novos hábitos e socializar conhecimentos, em conformidade com a nova forma de trabalho. Um dos espaços em que isso ocorre é na fábrica, na escola, ou seja, na incorporação da microeletrônica e da implantação da plataformização (ANTUNES, 2020; SILVA, 2020).

No capítulo 2, *Precarização do ser humano que trabalha: condições contemporâneas*, a autora descreve o processo de precarização/flexibilização destacando suas tendências dentro da ordem neoliberal e de reestruturação do Estado pela crise do capitalismo. Nesse capítulo a pesquisadora tende a refletir “sobre os processos de trabalho no contexto das metamorfoses do mundo laboral em que emerge o regime de acumulação flexível” (SILVA, 2020, p. 67). Silva define flexibilização do trabalho dando como exemplo, “[a] liberdade da empresa para despedir parte dos seus empregados, sem penalidades quando a produção e as vendas diminuem”. Nesse caso, podendo aumentar as horas de trabalho, sem qualquer aviso prévio, quando o contexto necessite (SILVA, 2000, p. 68), mudar horários, dias de

trabalho, turnos do/da trabalhador/a, além da possibilidade da terceirização, subcontratação entre outras formas atípicas. Esses processos geram "superexploração" e "autoexploração" (SILVA, 2020, p. 68).

Ao tratar da precarização do trabalho em seus aspectos mais gerais, destacando como esse processo vem ocorrendo em países do Norte e países do Sul, a autora destaca a Expropriação e precarização do trabalho: a realidade brasileira. Com base nos estudos realizados, a pesquisadora busca aporte teórico em Fontes (2010). Essa autora descreve duas tipologias de exploração, as primárias e as secundárias. Na primária, a população camponesa é retirada de seu direito à terra e à produção. Na secundária, é retirada de “direitos” que foram conquistados ao longo da história por meio da luta dos trabalhadores urbanos.

O que vemos é uma classe trabalhadora difusa, inserida num clima de incerteza e insegurança, subordinada às leis mercantis que estimulam atitudes centradas no indivíduo isolado, em que cada um é “livre” para assumir responsabilidade e riscos por seus atos numa sociedade de desiguais. Pode estar se configurando um novo modo de ser e de viver que vende a ideia do empenho individual como a chave do sucesso financeiro. Há uma disputa ideológica e um rebaixamento ao plano individual no qual a classe trabalhadora tende a não se ver mais enquanto trabalhadores antes de tudo, e sim como empreendedores, com anseios de classe média consumista, onde a ideia de esforço pessoal ganha fôlego. (SILVA, 2020, p. 77)

É no contexto até aqui apresentado que temos as tendências do trabalho no século XXI: terceirização, pejetização e uberização. Na década de 1990, por meio do Consenso de Washington, foi imposto a países como o Brasil a reforma trabalhista e leis voltadas para ampliação e flexibilização. A terceirização ganha corpo a partir da década de 1990, mas a Lei nº 13.429/2017 seria aprovada durante o governo de Michel Temer (BRASIL, 2017). Já a pejetização, é uma transferência dos contratos de trabalhos assalariados para a Pessoa Jurídica (PJ). Trata-se de uma proposta que desvincula o trabalhador de sua condição de empregado. Isso lhe retira as garantias mínimas para sua sobrevivência, pois passa a ser apenas um prestador de serviços, como pessoa jurídica e sem direitos trabalhistas, conforme a Lei nº 11.196/2005 (BRASIL, 2005). Ao tornar-se pejetizado o empregado está renunciando: “a limitação da jornada de trabalho, ao salário mínimo, pagamento de horas extras, repouso semanal remunerado, férias, décimo terceiro, depósito do Fundo de Garantia [...]”. Além do mais, deixa de ter como direito “seguro-desemprego, segurança em saúde, [...] verbas rescisórias” (SILVA, 2020, p. 84).

Outra forma de precarização é o trabalho via aplicativo. Entre eles a autora destaca a plataforma Uber. De acordo com a autora, a Uber materializa um conjunto de ideias que o trabalhador, ao se dirigir ao mercado de trabalho, tem que estar empossado dos instrumentos que garantam a possibilidade de sua efetivação. Outra característica é que os riscos são transferidos para o/a trabalhador/a, mas para que funcione é necessário um grande “exército reserva” relacionado a um amplo desemprego estrutural. De um lado uma quantidade alta de motoristas. Do outro, a imensa

necessidade de uma massa de passageiros. A empresa defende que não contrata e o prestador de serviços não tem vínculo. De acordo com a Uber, ela apenas disponibiliza o aplicativo para os motoristas (SLEE, 2017). Tendencialmente existe uma grande possibilidade que esse processo se espalhe para outros campos (SILVA, 2020). Não há garantia salarial e nem mesmo de direitos trabalhistas. A Uber não é “dona” do carro, nem banca a internet ou o uso do celular, porém controla por meio da avaliação e monitoramento os percursos que os motoristas fazem. Todo custo é do trabalhador: “os gastos ao comprar e utilizar um veículo (combustível, manutenção, depreciação, seguro), despesas adicionais como pedágios e estacionamento” (SILVA, 2020, p. 91). Essa plataformização também tem sido inserida em outras áreas e campos do saber, entre eles o caso da educação pública (SANTOS; SILVA, 2021a, 2021b).

No Capítulo 3, *Expropriação em escolar mundial: o precariado*, Silva retoma os estudos do campo do marxismo trazendo quatro categorias vinculadas às péssimas condições de trabalho que estão relacionadas ao exército industrial de reserva (MARX, 2017). São elas: 1) o flutuante, formada pelos trabalhadores que ora são atraídos, ora são repelidos pelo setor industrial, de acordo com os ciclos de expansão e refluxos desse setor; 2) a população latente, são os trabalhadores que sempre estão dentro da possibilidade de serem lançados para as fileiras do proletariado urbano nas indústrias não agrícolas; 3) a população estagnada, é a parte da força de trabalho, entretanto, com funções irregulares, sendo mal pagos estando em condições de sobrevivência; 4) o pauperismo, é o seguimento da superpopulação “que vegeta no inferno da indigência” (MARX, 1971, p. 746; SILVA, 2020, p. 99); 5) lumpemproletariado, é “o lixo de todas as classes”, formada por indivíduos arruinados e aventureiros saídos da burguesia, vagabundos, criminosos, prostitutas, soldados desmobilizados, malfeitores recém saídos da cadeia, batedores de carteira, rufiões e mendigos (SILVA, 2020, p. 99).

Para Silva (2020), o colapso do Estado de bem-estar-social tem levado à corrosão da carreira, colocando várias categorias dentro do viés do precariado. Esses trabalhadores, que são cada vez mais jovens, não conseguem adentrar na carreira e quando o fazem não gozam dos mesmos benefícios que as gerações anteriores. Geralmente devido à flexibilização, à competitividade, à meritocracia que imperam nesses cargos. A instabilidade passa a ser a norma e a falta de direitos passa a ser a regra. Com essas características, temos o precariado docente que se encontra presente na rede pública brasileira.

No capítulo 4, *Formas e tendências e precarização que atingem os docentes brasileiros*, a obra vai tratar de duas categorias de professores, os temporários e os eventuais, e as novas tendências da precarização dessa modalidade de trabalho docente, entre elas, destacam-se a terceirização, a pejetização e a uberização.

Silva retoma os estudos dos capítulos anteriores e define precariado professoral “como a fração mais mal paga e explorada, em busca de um primeiro emprego no magistério público” (SILVA, 2020, p. 120). Além do mais, possuem uma alta rotatividade intrarredes públicas, com condições degradantes de trabalho, baixos salários e ausência de direitos. “São professores que vivem em

insegurança social e econômica”. Além do mais, “sem identidades ocupacionais, entram e saem de empregos muito rapidamente” (SILVA, 2020, p. 120). Esses profissionais “vivem constantemente preocupados com os seus rendimentos que podem não existir mais a qualquer momento”, com frágil vínculo empregatício e vivendo sob a constante instabilidade profissional.

Os primeiros, são os professores temporários, aqueles que não têm vínculo empregatício e vivem na incerteza sobre seu futuro profissional, sua remuneração, em suma, vivem na incerteza dos meios de sua subsistência para a sua sobrevivência. A cada final de ano o ciclo se renova e esses docentes aguardam a possibilidade ou não de sua contratação. Não sabem para qual escola vão se dirigir no ano seguinte e nem conseguem estabelecer vínculos com os estudantes e nem pertencimento com a comunidade escolar. Com frequência parte têm graduação inconclusa ou são graduados. Sua carga horária tende a ser maior do que a do efetivo, porém seu salário é mais baixo, tendo em vista que não tem acesso à carreira. Assim, “medo do desemprego e a necessidade de assegurar a sobrevivência faz com que estes profissionais acabem por aceitar as situações mencionadas” (SILVA, 2020, p. 127). Em suma, “é muito mais barato para Administração Pública contratar um profissional por um prazo indeterminado do que manter regularmente um professor efetivo” (SILVA, 2020, p. 128).

Os segundos, são os professores eventuais, que se encontram em uma situação mais precária do que os temporários. Muitas vezes pela situação de contratado no qual é investido no cargo. Além da baixa remuneração, e da falta de estabilidade empregatícia, esses profissionais carecem de identidade no emprego. “O papel desses profissionais é manter as turmas, realizando atividades previstas em um plano de substituição” (SILVA, 2020, p. 131). Não têm classes ou turmas, mas sim uma carga horária na escola para substituir docentes. Eles se dirigem às escolas na esperança de que algum professor falte. Às vezes aguardam três turnos na esperança de trabalharem, pois recebem por aula ministrada. Existe uma grande parcela de docentes concursados que no seu contraturno estão na condição de eventuais. Outro problema é não saber qual disciplina ou professor vai ter que substituir. As circunstâncias que fazem com que seus colegas efetivos faltem ao trabalho - em grande parte por questões vinculadas à saúde - dá oportunidade para os eventuais substituí-los. Essas condições sobre as quais os efetivos não suportaram e que levam a quadros de adoecimento é o cenário que os eventuais tendem a atuar.

Além dos professores temporários e eventuais, os estudos de Silva (2020) elucidam mais três novas tendências de precarização que atingem os docentes brasileiros no século XXI. São elas: a terceirização, a pejetização e a uberização. Aqui a autora identifica a transferência dos custos dos instrumentos de trabalho e dos riscos para seu exercício transferidos para aqueles que vão exercer a profissão de professor.

A primeira é a terceirização, que faz parte da realidade do sistema público pelo viés da parceria público privado na qual tentam transferir a gestão das unidades para Organizações Sociais (OS) (SILVA, 2021). Mas é com a Lei nº 13.429/2017 que fica estabelecida a possibilidade para que seja efetuada de forma irrestrita. A autora cita alguns exemplos, entre eles o do Estado de Goiás com o

chamamento nº 003/2016, e posteriormente nº 001/2017, emitido pela Secretaria de Educação e Cultura, que devido a pressões do movimento estudantil, sindical e jurídicas não conseguiu implantar o certame.

Já a segunda é a pejetização, onde a autora destaca que logo após a Lei da Terceirização, em Santa Catarina, no Município de Argelina, tentou-se contratar professores via CNPJ com o pregão presencial nº 018/2017 com viés de licitação pelo menor preço. Em suma, “seria realizado um leilão às avessas, onde seria contratado um professor que oferecesse a força de trabalho pelo menor preço” (SILVA, p. 143). Entre os problemas que impediram que o processo vingasse destaca-se uma ação com o Ministério Público de Santa Catarina (MPC-SC).

Por fim, a terceira é o processo de Uberização. De acordo com Silva “chartelização” e “uberização” são “escolas que distribuem conteúdos e que usam “tutores on-line para apoiar os estudantes em seus estudos, seja quando estão na plataforma de aprendizagem, seja fora dela, sob demanda” (SILVA, 2020, p. 145). Em Ribeirão Preto, São Paulo, o prefeito tentou:

Pagar por aulas avulsas aos docentes, sem ligação com o município, sempre que faltarem profissionais na rede municipal de ensino. Apelidado de “Uber da Educação” ou “Professor Delivery”, a proposta busca resolver o problema da falta de docentes nas escolas (PSDB, 2017)

No capítulo 5, a temática é o *professorado estável-formal*. Os estudos realizados por Silva apontam que a crise do capitalismo e a implantação do estado neoliberal têm como um dos seus efeitos a precarização do trabalhador docente concursado-estável. Um dos fatores que contribuem para esse processo é o fechamento das unidades escolares. Com isso, os docentes têm que se desdobrar em mais de uma unidade de ensino. Mas esse processo de corrosão da carreira tende a ser naturalizado. Afinal, os docentes vêm sofrendo para melhorar os resultados nas avaliações externas, ao mesmo tempo em que as condições em que ocorrem o seu trabalho tendencialmente estão piorando devido a baixo investimento. Como se não bastasse temos os valores empresariais adentrando o setor público (SILVA, 2021). Ao mesmo tempo em que coloca a culpa do baixo desempenho no professor, o estado neoliberal tende a investir menos na educação para justificar a entrada do setor privado no gerenciamento do setor público. Os trabalhadores em educação estão sendo precarizados tanto objetivamente quanto subjetivamente. Dentre eles estão os baixos salários, o aumento demasiado da jornada de trabalho, a inerência de uma unidade de ensino para outra, a bonificação por resultados, a necessidade de paralisações e greves para aquisição de direitos como o Piso Nacional (OLIVEIRA, 2019).

A obra, *Formas e tendências de precarização do trabalho docente: precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras*, foi lançada em 2020. Nesse mesmo ano a pandemia da COVID-19 se espalhou pelo mundo de forma geral e no Brasil de forma muito específica, tendo em vista que o governo Federal apresentava uma postura negacionista no que compete ao avanço da doença, mas ao mesmo tempo aproveitava para tentar passar pautas como transferência das verbas do FUNDEB para

o setor privado. Além do mais, uma parcela considerável dos governos Estaduais e Municipais repassava os custos do Ensino Remoto Emergencial via plataformas digitais para os docentes, temporários, eventuais e concursados. Com isso, algumas das características da uber foram implantadas para manter o isolamento social, entre elas, a plataformização e os custos dos instrumentos do trabalho foram lançados para o/a trabalhador/a. Assim, o livro de Silva tornou-se leitura obrigatória para compreender esse e outros movimentos dentro da nova morfologia do trabalho precarizado-professoral. Entretanto, é preciso retomar que apesar da obra tratar apenas da Educação Básica, esse processo também vem se desencadeando no Ensino Superior. Com isso, a apropriação da pesquisa realizada pela autora vai se tornando de suma importância para compreender a práxis docente em tempos de avanço da precarização. O livro consegue com muita propriedade elucidar as mudanças no mundo do trabalho docente e suas tendências para o século XXI via crise do sistema capitalista e avanço do neoliberalismo.

Com uma linguagem acessível, e uma coerência e coesão interna entre os capítulos e as categorias apresentadas, a autora demonstra a relevância de compreender o modo de produção capitalista para organizar, mobilizar, conscientizar, lutar e transformar a realidade posta. Sua obra pode ser lida por militantes dos movimentos sociais, sindicais e acadêmicos de diferentes níveis de formação. Entre eles, os graduandos, os mestres e doutores, pois o precariado docente tendencialmente vai se expandir tanto nos trabalhadores da Educação Básica quanto nos docentes do Ensino Superior. Com isso, a obra aponta a necessidade de compreender as principais características não para cair em fatalismos, mas, ao contrário, para fomentar espaços de resistência.

A presente resenha é destinada à área de Ciências Humanas, ou seja, Filosofia, Sociologia, Geografia, História, Pedagogia entre outros campos das licenciaturas que estejam vinculados direta ou indiretamente à prática docente. Somam-se a eles, a indicação da presente obra para militantes dos movimentos sociais e sindicais.

Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

Brasil, **Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES... 2005.

BRASIL, **Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, 2017.

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GORZ, André. A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. **Temas de Cultura**. Ação política. Americanismo e fordismo. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LUKÁCS. Gyorgy. **Ontologia do ser social, 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v. 2. Coleção Perspectivas do homem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Professor, você trabalha ou só da aula?: um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente**. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- PSDB. Partido da Social Democracia Brasileira. **Prefeitura tucana cria “Uber da educação”**. 2017. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/prefeituratucana-cria-uber-da-educacao/>>. Acesso em: 20 maio. 2022
- SANTOS, A. A.; SILVA, V. T da. Ensino Remoto Emergencial no Ensino Médio do Estado da Bahia: Limites e possibilidades. *In*: Colóquio Docência e Diversidade na Educação Básica: Profissão docente em questão, IV, 2021, Online, **Anais [...]**. Curitiba: Brazil: Publishing, 2021, p. 460 - 474a. Disponível em: <https://www.even3.com.br/coloquiodocenciaediversidade/>. Acesso em: 20 maio. 2022.
- SANTOS, A. A.; SILVA, V. T da. Uberização, youtuberização e liverização docente em tempos de pandemia. *In*: Colóquio Docência e Diversidade na Educação Básica: Profissão docente em questão, IV, 2021, Online, **Anais [...]**. Curitiba: Brazil: Publishing, 2021, p. 893 - 906b. Disponível em: <https://www.even3.com.br/coloquiodocenciaediversidade/>. Acesso em: 20 maio. 2022.
- SILVA, A. M. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.
- SLEE, Tom. **Uberização**: A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Notas

¹ Graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestrando Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Coordenador pedagógico - Secretaria de Educação do Estado da

Bahia/SEC-BA.

Currículo

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6749505409707788>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3083-1628>. E-mail: coordenadorandrejn@gmail.com.